



Organização  
das Nações Unidas  
para a Educação,  
a Ciência e a Cultura

Representação  
no Brasil

# Seminário

# **Educação em Sexualidade e Relações de Gênero na Formação Inicial Docente no Ensino Superior**

São Paulo, novembro de 2015

## Relatório final

Brasília, 2017

Publicado em 2017 pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura  
7, place de Fontenoy, 75352 Paris 07 SP, França e Representação da UNESCO no Brasil.

© UNESCO 2017



Esta publicação está disponível em acesso livre ao abrigo da licença Atribuição-Usou-Comercial-Partilha 3.0 IGO (CC-BY-NC-SA 3.0 IGO) (<http://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/3.0/igo/>). Ao utilizar o conteúdo da presente publicação, os usuários aceitam os termos de uso do Repositório UNESCO de acesso livre (<http://unesco.org/open-access/terms-use-ccbyncsa-en>).

As indicações de nomes e a apresentação do material ao longo deste livro não implicam a manifestação de qualquer opinião por parte da UNESCO a respeito da condição jurídica de qualquer país, território, cidade, região ou de suas autoridades, tampouco da delimitação de suas fronteiras ou limites.

As ideias e opiniões expressas nesta publicação são as dos autores e não refletem obrigatoriamente as da UNESCO nem comprometem a Organização.

*Coordenação técnica:* Marlova Jovchelovitch Noletto, diretora da área programática, e Setor de Educação da UNESCO no Brasil

*Revisão técnica:* Mariana Braga Alves Souza, Setor de Educação da Representação da UNESCO no Brasil

*Projeto gráfico e editoração:* Unidade de Comunicação, Informação Pública e Publicações da Representação da UNESCO no Brasil

BR/2016/PI/H/5

UNESCO  
SAUS Qd. 5 – Bloco H – Lote 6  
Ed. CNPq/IPICT/UNESCO – 9º andar  
70070-912 – Brasília, DF  
E-mail: [brasil@unesco.org](mailto:brasil@unesco.org)  
[www.unesco.org/brasil](http://www.unesco.org/brasil)  
Tel: +55 61 21 06 35 00

# SUMÁRIO

---

Apresentação.....	4
Introdução.....	5
Pesquisa Nacional sobre a inclusão de temas de Educação em Sexualidade e Relações de Gênero nos Currículos de Formação Inicial Docente em Instituições de Ensino Superior (PNIES) .....	5
Diálogos sobre os temas: sexualidade, relações de gênero e relações étnico-raciais nos currículos da formação inicial docente .....	6
Grupos de trabalho: recomendações para a inclusão dos temas gênero e sexualidade na formação inicial docente .....	9
O currículo como foco de tensão .....	11
Pistas para ação .....	12
Anexo 1 – Lista dos participantes .....	13
Anexo 2 – Plano de trabalho .....	14

## APRESENTAÇÃO

Em outubro de 2013, foi realizado um primeiro seminário, organizado pela UNESCO no Brasil em parceria com a Fundação Carlos Chagas (FCC/SP) e a Rede de Gênero e Sexualidade (REGES), que abordou o tema *Educação em Sexualidade e Relações de Gênero na Formação Inicial Docente*, cujo objetivo era aprofundar a discussão sobre a inserção das temáticas das relações de gênero e educação em sexualidade nos currículos de formação docente no ensino superior.

Naquele momento, as discussões centraram-se nas experiências acadêmicas voltadas às temáticas de gênero e educação em sexualidade nos cursos de formação inicial de professores nas universidades. As conclusões dessa iniciativa mostraram que: (1) apesar dos marcos normativos possibilitarem a inserção da discussão de tais temáticas nas escolas, a realidade social não é favorável; (2) a inserção tem sido realizada de forma isolada, por iniciativas individuais e com disciplinas não obrigatórias; (3) os grupos e os núcleos de pesquisa têm sido grandes aliados nessa discussão no âmbito das universidades; e (4) aspectos religiosos têm influenciado sobremaneira a inclusão de tais temáticas nas escolas, assim como o desenho de políticas públicas. Com base nesses aspectos, alertava-se para a necessidade de uma discussão sobre a reestruturação desses currículos de modo que os temas apresentados nesse seminário passassem a ser obrigatórios na formação de profissionais da educação no Brasil.

Um dos insumos apresentados durante aquele seminário foi a publicação "Orientação técnica internacional de educação em sexualidade",<sup>1</sup> adaptada para o contexto brasileiro, que teve como foco a discussão sobre a inclusão das temáticas das relações de gênero e educação em sexualidade nos currículos de formação docente no ensino superior.

Em 2015, no entanto, a conjuntura favorável para a inclusão da educação em sexualidade nas escolas se modificou no país. O termo "gênero" foi retirado do Plano Nacional da Educação (PNE)<sup>2</sup> e, na sequência, de diversos planos estaduais e municipais; a comissão especial que discute o Estatuto da Família<sup>3</sup> na Câmara dos Deputados aprovou o texto principal do projeto, o qual apresenta o conceito de família exclusivamente como a união entre um homem e uma mulher. A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, por sua vez, aprovou um projeto de lei que dificulta o acesso ao aborto legal para vítimas de estupro, condicionando a permissão da interrupção da gravidez à comprovação de exame de corpo de delito e ao comunicado à autoridade policial.

O Marco de Ação Educação 2030, publicado pela UNESCO e assinado por diversos países, inclusive o Brasil, destaca a importância da perspectiva de gênero na educação. "Esta agenda dá especial atenção à discriminação baseada em gênero, bem como a grupos vulneráveis; além disso, busca garantir que ninguém seja deixado para trás".<sup>4</sup>

1 UNESCO. *Orientações técnicas de educação em sexualidade para o cenário brasileiro*: tópicos e objetivos de aprendizagem. Brasília, 2014. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002277/227762por.pdf>>. Acesso em: 14 dez. 2015.

2 Aprovado pela Lei nº 13.005/2014, o Plano Nacional de Educação é decenal por força constitucional. Isso significa que ultrapassa governos. Tem vinculação de recursos para o seu financiamento, com prevalência sobre os Planos Plurianuais (PPAs). Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm)>.

3 O Projeto de Lei nº 6.583/2013, conhecido como Estatuto da Família, propõe regras jurídicas para definir quais grupos podem ser considerados uma família perante a lei. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=597005>>.

4 UNESCO. *Educação 2030*: Declaração de Incheon e Marco de Ação; rumo à educação de qualidade inclusiva e equitativa para todos. Brasília, 2016. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0024/002432/243278POR.pdf>>.

Pesquisadores e docentes de universidades públicas e privadas, representantes da sociedade civil, representantes de organizações governamentais e gestores de políticas públicas foram convidados pela UNESCO no Brasil a participar do *Seminário Educação em Sexualidade e Relações de Gênero na Formação Inicial Docente no Ensino Superior*,<sup>5</sup> para apresentar suas experiências sobre a inclusão das temáticas de gênero e educação em sexualidade nos currículos de ensino básico, bem como para compartilhar conceitos e práticas que pudessem, eventualmente, ser replicados e ampliados.

### De que currículo estamos falando?

As discussões contemporâneas sobre o currículo incluem um conjunto amplo de questões. Depois das teorias críticas e pós-críticas do currículo, torna-se impossível pensá-lo simplesmente a partir de conceitos técnicos, como os de ensino e eficiência; de categorias psicológicas, como as de aprendizagem e desenvolvimento; ou, ainda, de imagens estáticas, como as de grade curricular e listas de conteúdo.

Vale reforçar que todo currículo é uma construção social e histórica, dividido em matérias ou disciplinas distribuídas sequencialmente, em intervalos de tempo determinado. Dessa maneira, questões referentes ao currículo têm-se constituído em frequente alvo da atenção de autoridades, professores, gestores, pais, estudantes e membros da comunidade.

À palavra currículo associam-se distintas concepções, que derivam dos diversos modos de como a educação foi e é concebida historicamente, bem como das influências teóricas que a afetam e se fazem hegemônicas em determinado momento. Diferentes fatores socioeconômicos, políticos e culturais contribuem, assim, para que currículo venha a ser entendido como:

- ✓ os conteúdos a serem ensinados e aprendidos;
- ✓ as experiências de aprendizagem escolares a serem vividas pelos alunos;
- ✓ os planos pedagógicos elaborados por professores, escolas e sistemas educacionais;
- ✓ os objetivos a serem alcançados por meio do processo de ensino; e
- ✓ os processos de avaliação que terminam por influenciar os conteúdos e os procedimentos selecionados nos diferentes graus da escolarização.<sup>6</sup>

Ao todo, participaram 59 profissionais de diferentes estados brasileiros – Amapá, Goiás, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo –, além do Distrito Federal, (anexo 1 – Lista de participantes) que desenvolveram atividades diferenciadas ao compartilhar experiências e possíveis estratégias de incidência política para a inclusão das temáticas de gênero e sexualidade nos currículos de formação inicial docente.

5 Realizado pela UNESCO, em 26 de novembro de 2015, o Seminário aconteceu nas dependências do Novo Hotel Jaraguá, município de São Paulo, contando com a participação de várias cátedras UNESCO, representantes de universidades federais, estaduais e particulares, gestores da Secretaria de Estado da Educação de São Paulo e da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, bem como representantes de fundações e da sociedade civil.

6 Inspirado em: REGATTIERI, Marilza; CASTRO, Jane Margareth (Orgs.). *Currículo integrado para o ensino médio*: das normas à prática transformadora. Brasília: UNESCO, 2013. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002226/222630POR.pdf>>.

A proposta metodológica adotada foi participativa e buscou promover “rodas de conversa” em que as discussões aqui apresentadas fossem consideradas vozes coletivas e não individuais. Dessa maneira, optamos por editar as falas sem citar o nome dos autores.

Ao longo do texto, alguns quadros apresentam práticas exitosas, frases provocativas e perguntas a serem respondidas. Longe de ser uma narrativa “fechada”, a ideia é continuarmos juntos com esse diálogo.

## INTRODUÇÃO

A UNESCO tem como missão construir uma cultura de paz na perspectiva do desenvolvimento sustentável, do diálogo intercultural, do respeito às diferenças e das diversidades e da erradicação da pobreza, buscando construir espaços de educação e/ou ambientes de aprendizagem saudáveis, em que não haja qualquer tipo de violência ou de discriminação, por meio da utilização de estratégias de educação e aprendizagem ao longo de toda a vida.

Nesse sentido, o *Seminário Educação em Sexualidade e Relações de Gênero na Formação Inicial Docente no Ensino Superior* reuniu pesquisadores, gestores e representantes da sociedade civil, com o objetivo comum de subsidiar as instituições de ensino superior com informações para a inclusão de temas de educação em sexualidade e relações de gênero na formação integral dos professores. O formato escolhido propiciou uma participação mais dialógica, o que possibilitou questionamentos e reflexões conjuntas sobre possíveis estratégias voltadas para mudanças no currículo e na formação de docentes no ensino básico.

*A perspectiva de educação em sexualidade é uma estratégia por meio da qual a UNESCO busca integrar os setores de educação e saúde na promoção de estratégias que possam garantir saúde, bem como conteúdos de saúde sexual e saúde reprodutiva, com foco principalmente na redução das vulnerabilidades, baseando-se no direito da educação para todas as diversidades.*

De fato, os desafios na área da educação não são poucos, também não são os primeiros com os quais os docentes têm se deparado na busca pela promoção da igualdade e da equidade de gênero e no enfrentamento de discriminações baseadas em questões étnico-raciais, orientação sexual e identidade de gênero. Faz-se necessário, portanto, buscar brechas de atuação que não dependam somente das ações cotidianas de cada um de nós, mas que sejam institucionalizadas pelos setores da educação e saúde.

Garantir a inclusão dos temas na formação inicial é um ponto de consenso, percebida como um requisito na efetividade dos programas. Nesse contexto, a UNESCO apoia as políticas de *advocacy* ao favorecer a criação de estratégias para alcançar a efetividade desses programas, mas não é uma instituição de construção de políticas públicas.

*Como poderemos sair desse Seminário com uma proposta de recomendações de estratégias de incidência política com a participação da sociedade civil e da academia?*

## PESQUISA NACIONAL SOBRE A INCLUSÃO DE TEMAS DE EDUCAÇÃO EM SEXUALIDADE E RELAÇÕES DE GÊNERO NOS CURRÍCULOS DE FORMAÇÃO INICIAL DOCENTE EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR (PNIES)

Após as considerações iniciais, apresentou-se a PNIES, uma pesquisa exploratória que teve como principal objetivo traçar um panorama acerca da incorporação dos temas de educação em sexualidade e relações de gênero nos currículos de formação inicial docente das Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras voltados para a educação básica. Entre junho e setembro de 2015, um questionário estruturado a ser preenchido remotamente foi enviado às instituições via plataforma *survey online*. Ao final desse período, foi obtido um universo de 300 IES, com respostas de 326 participantes. Foram realizados, ainda, um levantamento de informações sobre diferentes iniciativas que trabalham com promoção da saúde e prevenção na formação de professores; a análise de documentos referenciais que impeçam ou favoreçam a inclusão dos temas no currículo de formação docente; além de mapeamento e análise de dados oficiais sobre os temas.

### OS DADOS PRELIMINARES COLETADOS NA PESQUISA MOSTRARAM QUE:

- A maioria dos respondentes está localizada na Região Sul (35,01%) e na Região Sudeste (33%).
- As IES privadas representam 80% da amostra pesquisada.
- Entre as IES que incluíram ambos os temas de educação em sexualidade e relações de gênero nos currículos de formação inicial docente, nos cursos de formação de professores (ensino básico), destacam-se os cursos de Pedagogia (66%), seguido por Educação Física (21,7%) e Letras (Língua Portuguesa/Espanhol/Francês/Inglês/Língua Japonesa/Literatura) (19,2%).
- Em relação aos cursos de especialização, houve predominância dos cursos de Docência e Gestão do Ensino Superior (21,9%), Gestão Escolar (14,3%) e Psicopedagogia Clínica e Institucional (12,8%).
- Os entrevistados deveriam expressar sua opinião sobre o preparo dos futuros docentes para lidar com os temas relativos à educação em sexualidade e/ou relações de gênero. Assim, foram disponibilizadas cinco categorias de respostas: muito satisfatório, satisfatório, pouco satisfatório, insatisfatório e não se aplica. De maneira geral, o maior percentual de respostas se concentrou na categoria “satisfatório”.
- Sobre a importância da inclusão de temas relativos à educação em sexualidade e/ou relações de gênero, 78,1% das IES consideraram a inclusão dos temas muito importante, enquanto 18% consideraram importante e 3,9% apontaram a inclusão desses temas como pouco

importante. Vale destacar que não houve respostas que indicaram os itens “nada importante” e “não sei informar”.

- No entanto, houve dissenso entre os entrevistados sobre a inclusão de temas relativos à educação em sexualidade e/ou relações de gênero nos currículos dos(s) curso(s) de formação de professores do ensino básico ou nos cursos de especialização. Do mesmo modo, houve dissenso sobre a inclusão de disciplinas obrigatórias ou optativas relativas aos temas pesquisados nos cursos de formação em nível de graduação ou de especialização.
- Também foi apontada a existência de preconceitos em relação a esses temas pelos próprios corpos docentes das IES. Indicou-se, ainda, tal preconceito como um fator limitante para a inclusão de temas relacionados à educação em sexualidade e/ou relações de gênero nos currículos dos(s) curso(s) de formação de professores do ensino básico ou nos cursos de especialização.
- Entre as razões apresentadas pelas instituições que não incluem os temas de educação em sexualidade e relações de gênero na formação inicial docente, destacam-se aspectos ideológicos e religiosos, institucionais e também questões relacionadas aos integrantes das IES como fator limitante para a inclusão dos temas.
- Além disso, sinalizaram a falta de preparo do próprio corpo docente nessa temática, bem como a falta de apoio político institucional e governamental, o desconhecimento da legislação, a não obrigatoriedade curricular e a própria opinião por parte dos entrevistados de não considerar importante a inserção desses temas nos currículos do(s) curso(s) de formação de professores do ensino básico ou nos cursos de especialização.
- Este estudo exploratório mostrou, ainda, que as IES brasileiras que possuem em sua grade curricular cursos de graduação ou de especialização voltados à formação inicial docente inserem, em maior ou menor grau, temáticas relativas à educação em sexualidade e relações de gênero em seus currículos. Do mesmo modo, as IES consideram, em sua maioria, que a inclusão desses temas é importante e relevante.
- Entretanto, aspectos de ordem ideológica, religiosa, falta de apoio institucional, político e governamental, assim como o preparo do

próprio corpo docente para abordar essa temática, aliados à não obrigatoriedade curricular e ao desconhecimento legal, são alguns dos fatores limitadores na inclusão dos temas de educação em sexualidade e relações de gênero nos currículos de formação inicial docente.

#### Comentários dos participantes:

- ✓ “Ao longo dos anos, a temática de gênero e sexualidade é inserida na educação através da formação continuada e dos cursos de especialização. Contudo, vimos que isso não é suficiente para institucionalizar a temática e garantir sua inclusão na formação docente inicial!”
- ✓ “Um aspecto interessante deste estudo é a atuação dos grupos de pesquisa vinculados a universidades públicas, visto que a maioria das universidades privadas não investem em pesquisa. Trata-se de um diferencial significativo, um demarcador de como o tema é incluído na formação docente. Parece que através dos grupos de pesquisa é que os professores que lecionam na graduação levam o tema [gênero e sexualidade] para disciplinas optativas e, em alguns poucos casos, obrigatória. Uma contribuição desta pesquisa foi a de explorar melhor esse aspecto, principalmente porque são as [universidades] privadas que formam os professores que vão atuar na rede pública”.
- ✓ “A discussão dessas temáticas [gênero e sexualidade] tem avançado muito mais em outros cursos, como na área das Ciências Sociais do que na Psicologia. É necessário saber o que exatamente se trabalha nesses cursos [a ementa]”.

*Saber conviver com preconceitos, políticas, com as religiões que influenciam no currículo e na perspectiva do dia a dia da escola: esse é o nosso desafio atual. Também devemos saber que as estratégias não podem estar centradas na figura de um único professor. De que forma iremos conseguir superar essas tensões? Falar mais sobre gênero e menos sobre sexualidade? Como garantir a inclusão dessas temáticas na formação inicial?*

## DIÁLOGOS SOBRE OS TEMAS: SEXUALIDADE, RELAÇÕES DE GÊNERO E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NOS CURRÍCULOS DA FORMAÇÃO INICIAL DOCENTE

Monica Sacramento (pesquisadora da Universidade Federal Fluminense – UFF) e Jane Felipe (professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS) conversaram com a plateia e trouxeram provocações sobre a inclusão das temáticas de gênero, sexualidades e relações étnico-raciais nos currículos da formação inicial docente. De acordo com Monica Sacramento, a situação da população negra jovem é extremamente crítica no país. De maneira geral, trata-se da população com menor nível de renda e educação, que mora nas periferias dos grandes centros urbanos, áreas nas quais se encontram altos índices de violência comunitária e urbana; assim, esses grupos acabam sendo alvos fáceis de violência letal pelo narcotráfico e pela polícia. A pesquisadora assinalou que, no contexto do Rio de Janeiro, no qual o processo de pacificação das favelas tem sido bastante complexo e criticado, seu trabalho junto a professores que trabalham para iniciativas voltadas a esse grupo social tem revelado a carência de formação sólida e específica para interseccionalidade entre gênero e relações étnico-raciais.

Sacramento observou, ainda, com base em diferentes iniciativas, o crescimento na taxa de escolarização líquida, o que indica

maior número de crianças e jovens frequentando o ensino básico. No entanto, ao realizar o recorte por cor, embora se evidencie a elevação dos índices de matrículas em todos os níveis de estudo, verifica-se que o aumento da oferta de vagas foi ineficaz no enfrentamento das desigualdades educacionais entre brancos e negros. No caso específico da cultura popular brasileira, a herança da matriz africana também vem ganhando maior visibilidade, sendo reafirmada e reconsiderada pela sociedade e pelo Estado por meio da luta do(s) movimento(s) negro(s), dos grupos culturais e das comunidades tradicionais.

Com dados recentes do “Mapa da violência 2015”<sup>7</sup> a pesquisadora também chamou atenção para a mortalidade da população negra e, especificamente, para os homicídios contra mulheres negras, que vêm crescendo em nosso país.

<sup>7</sup> WAISELFSZ, Julio Jacobo. *Mapa da violência 2015: homicídio de mulheres no Brasil*. Brasília: Flacso Brasil, 2015. Disponível em: <[http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf/2015/MapaViolencia\\_2015\\_mulheres.pdf](http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf/2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf)>. Acesso em: 14 dez. 2015.

## MORTALIDADE DE MULHERES

Pelos registros do Sistema de Informação sobre Mortalidade, entre 1980 e 2013, 106.093 mulheres morreram vítimas de homicídio, em um ritmo crescente ao longo do tempo, tanto em número quanto em taxas. O número de vítimas passou de 1.353 mulheres, em 1980, para 4.762, em 2013, um aumento de 252%. A taxa que em 1980 era de 2,3 vítimas por 100 mil, passou para 4,8, em 2013, um aumento de 111,1%. Em nosso país, 55,3% dos casos de violência de gênero foram cometidos no ambiente doméstico e 33,2% dos homicídios eram parceiros ou ex-parceiros das vítimas, com base em dados de 2013 do Ministério da Saúde.

### A cor das vítimas

- ✓ O “Mapa da violência 2015”<sup>8</sup> aponta um aumento de 54% em dez anos no número de homicídios de mulheres negras, que passou de 1.864, em 2003, para 2.875, em 2013. No mesmo período, a quantidade anual de homicídios de mulheres brancas caiu 9,8%, tendo saído de 1.747, em 2003, para 1.576, em 2013.
- ✓ As taxas de mulheres e meninas negras vítimas de homicídios cresceram de 22,9% em 2003, para 66,7%, em 2013. Houve, nessa década, um aumento de 190,9% na vitimização de mulheres e meninas negras, índice que resulta da relação entre as taxas de mortalidade de mulheres brancas e negras, expresso em percentual.
- ✓ O número de homicídios de mulheres brancas caiu de 1.747 vítimas, em 2003, para 1.576, em 2013. Isso representa uma queda de 9,8% no total de homicídios do período. Já os homicídios de mulheres negras aumentaram 54,2% no mesmo período, passando de 1.864 para 2.875 vítimas.
- ✓ O país tem uma taxa de 4,8 homicídios para cada 100 mil mulheres, a quinta maior do mundo, conforme dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) que considera um universo de 83 países.

### Compartilhando experiências

A ONU Mulheres tem buscado incidir nas questões de gênero nas escolas e no ensino superior, por meio de duas campanhas: *Eles Por Elas*<sup>9</sup> e *O Valente não é Violento*.<sup>10</sup> Para esta segunda campanha foi desenvolvido um currículo e planos de aulas para o ensino médio sobre igualdade de gênero e enfrentamento da violência contra mulheres e meninas, incluindo a temática das masculinidades. Esse currículo tem sido utilizado em diferentes estados do país (Amazonas, Bahia, Pará, Paraná, Piauí, Rio Grande do Sul e São Paulo), com grande adesão por parte de professores e professoras da rede pública de educação.

**Plano de aula 1** – Sexo, gênero e poder

**Plano de aula 2** – Violências e suas interfaces

**Plano de aula 3** – Estereótipos de gênero e esportes

**Plano de aula 4** – Estereótipos de gênero, raça/etnia e mídia

**Plano de aula 5** – Estereótipos de gênero, carreiras e profissões: diferenças e desigualdades

**Plano de aula 6** – Vulnerabilidades e prevenção

**Fonte:** ONU MULHERES. Notícias. Disponível em: <<http://www.onumulheres.org.br/noticias/onu-mulheres-e-uniao-europeia-lancam-curriculo-e-planos-de-aulas-para-o-ensino-fundamental-sobre-igualdade-de-genero-e-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres-e-meninas/>>.

8 Idem.

9 ONU MULHERES. *Movimento Eles por Elas de Solidariedade da ONU Mulheres pela Igualdade de Gênero*. Disponível em: <<http://www.onumulheres.org.br/elesporelas/>>.

10 NASCIMENTO, Marcos; ARRUDA, Silvani. *Valente não é violento*: Campanha do Secretário-geral das Nações Unidas pelo Fim da Violência contra as Mulheres. Brasília: ONU Mulheres, União Europeia, nov. 2014. Disponível em: <[http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2015/07/valente\\_inventario.pdf](http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2015/07/valente_inventario.pdf)>.

## MORTALIDADE DE HOMENS

O “Mapa da violência 2015” mostra que 93% das vítimas de assassinato são homens. Outros perfis que se destacam são coortes por escolaridade e cor: homens negros morrem três vezes mais que homens brancos, e as vítimas com baixa escolaridade também são maioria. Além disso, arma de fogo foi usada em 81,9% dos homicídios de adolescentes de 16 anos e em 84,1% dos homicídios na faixa de 17 anos.

### Mortalidade de homens jovens por arma de fogo<sup>11</sup>

- ✓ Ao analisar a evolução da mortalidade por armas de fogo no período de 1980 a 2012, o crescimento da mortalidade entre os jovens foi bem mais intenso que no resto da população. Se na população total o número de vítimas cresceu 387%, entre os jovens esse crescimento foi de 463,6%.
- ✓ Também os homicídios juvenis cresceram de forma bem mais acelerada: na população total a taxa aumentou 556,6%, mas entre os jovens o aumento foi de 655,5%.
- ✓ Em todas as categorias de raça/cor, a utilização de armas de fogo é forma quase exclusiva de homicídios, mas é para a população negra que esse fato adquire sua máxima expressão: 95,6% dos negros vítimas de assassinato foram mortos por balas, fato que se repete em maior número entre os jovens negros.

Sacramento encerrou sua fala destacando que há uma parcela da juventude brasileira fora da escola, que passa por situações de abusos e violência cotidiana, as quais pode, por vezes, chegar à letalidade. Segundo ela, essa situação ocorre devido à relação entre sexualidade, gênero e questões étnico-raciais. A pesquisadora explicou, ainda, que, mesmo incorporando a diversidade, muitas universidades não “se oxigenaram”, não enraizaram as temáticas de gênero, sexualidade e igualdade étnico-racial no corpo docente, principalmente em disciplinas das ciências humanas. Ela ressaltou que os sujeitos que hoje ingressam na universidade também trazem essas camadas identitárias para dentro de suas instituições. Muitas vezes, no caso da população negra, a educação precisa contemplar jovens cujas trajetórias são absolutamente acidentadas, como é o caso daqueles que estão cumprindo medidas socioeducativas e com os quais os pedagogos tem muita dificuldade para lidar. Falta aos profissionais “uma alfabetização do olhar”, ou seja, falta sensibilizar o olhar dos pedagogos e outros profissionais para compreender a trajetória de vida desses jovens negros a partir de um contexto histórico e social mais abrangente, assim como falta, ainda, aprender a desnaturalizar referências geralmente associadas à juventude negra e pobre.

*Permanece o desafio de como sensibilizar esses profissionais para o trabalho com a população jovem e, mais do que isso, como sensibilizar os profissionais para que eles prestem atenção na qualidade de relações que estabelecem. Como é que podemos instrumentalizar esses futuros profissionais que irão trabalhar com as novas gerações? E como todos nós podemos nos instrumentalizar, de forma sistemática, para lidar com essas temáticas?*

11 WAISELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da violência no Brasil 2015*: mortes matadas por armas de fogo. Brasília: Secretaria Geral da Presidência da República/Secretaria Nacional de Juventude/Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, 2015. Disponível em: <<http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf/2015/mapaViolencia2015.pdf>>. Acesso em: 14 dez. 2015.

## Compartilhando experiências

O Geledés – Instituto da Mulher Negra<sup>12</sup> é uma organização política de mulheres negras que tem por missão institucional a luta contra o racismo e o sexismo, além da valorização e da promoção das mulheres negras. Com a perspectiva de atualizar essa tradição à luz das necessidades contemporâneas das mulheres negras, o Geledés vem consolidando as discussões sobre essa questão como aspecto fundamental da temática de gênero na sociedade brasileira e impulsionando o debate sobre a necessidade de adoção de políticas públicas inclusivas para a realização do princípio de igualdade de oportunidades para todos. A educação é uma das áreas estratégicas de atuação do Geledés, que disponibiliza artigos e planos de aula focados na superação do racismo nas escolas, com base na formação de professoras e professores do ensino básico. Todo o trabalho desenvolvido por essa entidade está disponível em sua página no Facebook.

A professora Jane Felipe iniciou sua fala com uma provocação sobre o uso recorrente do conceito de diversidade, afirmando que, às vezes, seu uso pode ser politicamente interessante, mas que em outras situações oculta as especificidades, as singularidades. Entendendo que o conceito de diversidade tenha surgido para tornar algumas discussões mais palatáveis, a professora afirmou que esse conceito se transformou em um grande guarda-chuva em que “cabe absolutamente tudo (ou nada)”. Apontou, ainda, dois grandes desafios: o impasse teórico sobre os debates mais contemporâneos sobre gênero e seus limites e os impasses políticos no atual cenário. Esses desafios se apresentam no âmbito da escola, para os gestores, para a área da saúde, entre outros contextos. Jane Felipe destacou, ainda, a importância de pautar essas questões também no campo da mídia e da comunicação. Na UFRGS, por exemplo, foi criada uma disciplina chamada “Educação sexual na escola” e, no curso de Pedagogia, foram criadas várias disciplinas que abordam a temática de gênero, relações étnico-raciais e sexualidade. Segundo a professora, a linha de pesquisa dessa área tem como eixo a infância e a sexualidade, em que se problematiza a erotização dos corpos infantis e o conceito de pedofiliação.

Em uma outra linha, chamada “Estudos culturais”, também se trabalham as questões de gênero. Os cursos de extensão têm promovido discussões bem interessantes e possibilitado aos professores (da rede pública) trazer suas demandas por conhecimento. Em relação à educação sexual na escola, embora seja eletiva, não apenas os alunos de Pedagogia, mas também os de Engenharia, por exemplo, e de outros cursos de ciências tecnológicas e exatas vêm se matriculando e buscando discutir essas questões. Discute-se, ainda, a maternidade como “uma forma de aprisionamento” e uma série de situações que ocorrem em novos artefatos culturais e sociais que expõem as pessoas, tais como os diferentes tipos de assédio, inclusive sexual, nas redes sociais.

## Compartilhando experiências

As diversidades estão presentes nos espaços escolares como parte da condição humana e de suas dimensões cultural e social. Essas pluralidades são, muitas vezes, invisibilizadas no currículo escolar e nas práticas pedagógicas adotadas, como ocorre com as diferenças sexuais e de gênero, que são frequentemente homogeneizadas diante da influência de uma pedagogia fundamentalista que reforça normatizações e estereótipos e, consequentemente, desigualdades.

12 Disponível em: <<http://www.geledes.org.br/areas-de-atuacao/educacao/planos-de-aula/#gs.NSRsShs>>. Acesso em: 14 dez. 2015.

O curso de atualização/especialização “Gênero e Diversidade Sexual na Escola (GDE)”<sup>13</sup> tem como objetivo sensibilizar profissionais da educação que atuam no ensino público no que concerne às desigualdades baseadas em gênero, orientação sexual e raça/etnia, capacitando-os para trabalhar transversalmente com essas questões no cotidiano escolar. A concepção do projeto é da Secretaria de Políticas para Mulheres da Presidência da República (SPM/PR) e do *British Council*, em parceria com o Ministério da Educação (MEC), a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (SEPP/IR/PR) e o Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (CLAM/IMS/UERJ). Cerca de 40 universidades públicas, federais e estaduais já ofereceram o GDE para professores da rede pública em todo o país.

*Como iremos discutir gênero e sexualidade com nossos alunos sem ofender a religião da pessoa ou da família? Como lidar com a tal da ideologia de gênero?*

## Comentários dos participantes em relação aos diálogos:

- ✓ “Os coletivos [universitários] não dialogam entre si. Existe uma disputa de espaço institucional, espaço político, espaço de poder. Começamos a discussão pensando em um comitê de enfrentamento de preconceitos dentro da universidade. Era um comitê que reunia todos os coletivos de minorias: coletivos de pessoas trans, gays, raça/etnia. Meses depois, houve a reivindicação daqueles que trabalham com raça/etnia para ter um comitê próprio de enfrentamento ao racismo porque acharam que nessa discussão a temática estava perdendo espaço político. Como lidar com isso?”
- ✓ “Sobre a questão do assédio sexual e do assédio moral que está presente nas universidades, nas escolas, vejo com muitos bons olhos os surgimentos dos coletivos, em especial de meninas, nos diretórios acadêmicos que estão pautando essa discussão com o uso do Facebook para denunciar atitudes extremamente preconceituosas por parte dos colegas e dos professores. Outro exemplo interessante são as *hashtags* #meuprimeiroassédio e #meuamigosecreto que denunciam posturas machistas”.
- ✓ “Nós fizemos o mapeamento de todas as violências, preconceitos, *bullying*, dentro da universidade e, institucionalmente, conversamos com a reitoria, com a gestão atual e criamos, no âmbito da Pró-Reitoria, a Diretoria da Diversidade para abarcar todas as questões ligadas a gênero e relações étnico-raciais e LGBT. Para isso, começamos a dialogar, chamar os coletivos da universidade e discutimos qual seria a configuração para a diversidade, já que no conceito de diversidade ‘cabe tudo’”.

*A violência é, hoje, um tema que as pessoas aceitam discutir e debater. Mesmo setores mais tradicionais, que, em princípio, são contra debates sobre sexualidade na escola, se preocupam com a violência contra as crianças.*

13 E-CLAM. GDE: gênero e diversidade na escola. Disponível em: <[http://www.e-clam.org/downloads/GDE\\_VOL1versaofinal082009.pdf](http://www.e-clam.org/downloads/GDE_VOL1versaofinal082009.pdf)>. Acesso em: 14 dez. 2015.



## GRUPOS DE TRABALHO: RECOMENDAÇÕES PARA A INCLUSÃO DOS TEMAS GÊNERO E SEXUALIDADE NA FORMAÇÃO INICIAL DOCENTE

Para construir recomendações com os participantes para a inclusão dos temas gênero e sexualidade na formação inicial docente, foram oferecidos momentos de diálogo entre os diferentes atores presentes no Seminário, com vistas à produção de consensos. Com base em experiências pessoais e/ou coletivas, nas diferentes regiões do país e na articulação entre escola, serviços de saúde e organizações da sociedade civil, os participantes teceram recomendações direcionadas à discussão sobre os currículos, foco prioritário deste Seminário. Foram apontados desafios presentes na construção de um currículo de ensino básico, levando em conta que a educação precisa considerar a diversidade de pessoas e grupos sociais para que a própria diversidade se torne um fator, por excelência, de coesão social e não de exclusão.

### GRUPO 1

O grupo destacou a existência de movimentos de vários grupos no âmbito escolar, no campo da saúde e da educação. O desenvolvimento de projetos na escola com professores, alunos e particularmente com famílias propicia a discussão sobre gênero e sexualidade.

Nesse sentido, o grupo aposta na extensão universitária como um caminho possível para concretizar esse debate na comunidade escolar ampliada, incluindo universidades, escolas, comunidades e famílias, de modo a articular ensino, pesquisa e extensão com escolas de educação básica.

Nessa mesma direção, o grupo apontou uma experiência particular – a educação entre os pares – focada em um projeto da área da saúde, o Saúde e Prevenção nas Escolas (SPE), como uma estratégia que envolve as discussões sobre currículos praticados na formação universitária.

Outra questão levantada pelo grupo diz respeito à institucionalização do debate sobre gênero e sexualidade na formação docente inicial. De acordo com o grupo, é necessário produzir discursos sobre gênero e sexualidade de uma maneira “transversal”.

Ao final da discussão, o grupo refletiu sobre a importância do papel da UNESCO nesse debate. Segundo eles, a UNESCO tem, em comparação com as universidades, condições significativas para provocar debates e pensar propostas alternativas.

#### Recomendações do grupo 1

- ✓ Revisar os projetos político-pedagógicos das licenciaturas.
- ✓ Capacitar, em nível de especialização, professores graduados e em exercício.
- ✓ Realizar fóruns regionais para sensibilização das IES.
- ✓ Articular parceria com a UNESCO para a realização de fóruns regionais.
- ✓ Estabelecer parcerias entre a academia (grupos de pesquisas) e gestores (proponentes de políticas públicas), por meio de fóruns e grupos de discussão.
- ✓ Fomentar o diálogo entre a UNESCO, a Secretaria de Educação Superior (Sesu), o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e o Ministério da Educação (MEC), no sentido de fortalecer a regulação da temática nas Diretrizes Curriculares Nacionais e buscar promover a avaliação institucional dos cursos de graduação.

- ✓ Buscar recursos para financiamento de pesquisas que tenham como objetivo orientar políticas públicas no campo da educação em sexualidade.
- ✓ Articular a discussão sobre gênero e sexualidade com a discussão sobre o funcionamento das políticas públicas e dos marcos legais no campo da educação.
- ✓ Desenvolver ações em parceria com escolas no âmbito dos projetos de extensão.
- ✓ Incluir nesses projetos a discussão sobre violência contra crianças (incluindo abuso sexual) nas temáticas de gênero e sexualidade.
- ✓ Criar a obrigatoriedade de disciplinas como facilitadoras de discussões nessas temáticas.

### GRUPO 2

Um dos consensos desse grupo foi a necessidade de novas pesquisas vinculadas às temáticas de gênero e sexualidade se apropriarem da discussão sobre os planos e os programas de educação – nos âmbitos municipal, estadual e nacional –, de forma a buscar brechas que permitam a inclusão de tais temáticas no currículo. Da mesma forma, há a necessidade de provocar reflexões sobre legislações, discursos jurídicos, marcos legais e marcos normativos, especialmente entre professores dos cursos de Pedagogia.

Discutiram-se situações específicas, como o exemplo do Mato Grosso do Sul, em que surgiram especulações de que haveria algum tipo de sanção legal (ou mesmo cárcere), caso tais temáticas fossem discutidas.

Outro destaque foi para a importância da atuação dos coletivos de alunos nas universidades, em especial com foco no debate sobre violências, assédios e abusos, por meio de uma linguagem escrita e imagética, que seja não discriminatória.

O tema da institucionalização das temáticas de gênero e sexualidade por meio de uma disciplina específica obrigatória gerou um debate sobre o tema da transdisciplinaridade, apontada como importante pelo grupo. A experiência de diferentes participantes do grupo mostrou temores em relação a uma perspectiva de trabalho transdisciplinar com essas temáticas, visto que esse debate poderia “ficar muito na superfície, em que se fala de tudo e não há aprofundamento de nada”.

Uma sugestão de metodologia de trabalho com o corpo docente foi a promoção de reflexão por meio da discussão de estudos de caso baseados em situações reais. A ideia central é articular teorias e metodologias de intervenção no espaço escolar com base em soluções possíveis para os casos apresentados e debatidos coletivamente. Na visão do grupo, a discussão sobre gênero e sexualidade precisa estar em diálogo com as discussões sobre políticas públicas e marcos legais, de forma a reforçar os conceitos de democracia e laicidade.

*“Do ponto de vista das relações de poder, ainda é a oficialidade que consegue, no final das contas, bater o martelo; se a ideia é avançar no debate na escola e na própria universidade, é preciso pensar de uma maneira bem ousada: essa temática precisa ser vista como uma disciplina obrigatória”. (Participante do Seminário)*

## Recomendações do grupo 2

- ✓ Dedicar atenção à linguagem (escrita e imagética) inclusiva e não discriminatória nos materiais e livros escolares.
- ✓ Ampliar projetos de extensão que incluam o debate sobre gênero e sexualidade.
- ✓ Voltar-se a projetos de educação para “traduzir” termos e desconstruir estereótipos de gênero e sexualidade.

## GRUPO 3

Partindo da discussão sobre os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), os Planos Nacionais de Educação e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o grupo destacou a importância de, cada vez mais, os docentes buscarem pesquisas no campo da educação básica para a reformulação dos currículos, a formação docente e a produção de materiais didáticos. De acordo com a representante do MEC presente no Seminário, professora Cláudia Dutra, para reduzir as desigualdades educacionais do país, é fundamental definir o que é essencial ao ensino de todos os alunos, em cada uma das etapas da vida escolar. Assim, adotar a BNCC poderá trazer transparência aos critérios de qualidade e expectativas de aprendizagem, com base em vários outros aspectos fundamentais previstos na Constituição Federal, nos PCN, na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e no Plano Nacional de Educação (PNE). Estima-se que a BNCC ficará pronta em junho de 2016, com o apoio de um grupo de redação formado por membros das secretarias municipais e estaduais de educação, acadêmicos especialistas nas disciplinas e por professores da educação básica.

## Recomendações do grupo 3

- ✓ Fortalecer grupos interdisciplinares na universidade para garantir legitimidade às temáticas.
- ✓ Incluir a discussão de gênero e sexualidade nas diretrizes de cursos de licenciaturas.
- ✓ Apoiar políticas de assistência estudantil que discutam gênero e sexualidade.
- ✓ Manter e ampliar políticas de fomento à pesquisa em gênero e sexualidade.
- ✓ Levar em consideração as especificidades regionais de cada IES, mostrando como essas questões regionais afetam a construção do gênero e da sexualidade nos campos social, educacional e político.
- ✓ Fomentar atividades de formação continuada para todos os profissionais da educação das IES.
- ✓ Reforçar a importância da educação em sexualidade com base nos marcos legais nacionais e nos compromissos internacionais dos quais o Brasil é signatário.
- ✓ Efetivar propostas estabelecidas nos diversos Planos Nacionais de Educação em Direitos Humanos e no Programa Brasil sem Homofobia nos contextos universitário e da educação básica.

## O que é?

**Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN)**<sup>14</sup> são as referências básicas para a elaboração das matrizes de referência. Os PCN foram elaborados para difundir os princípios da reforma curricular

14 INEP. *Parâmetros curriculares nacionais*. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/saeb/parametros-curriculares-nacionais>>. Acesso em: 14 dez. 2015.

e orientar os professores na busca de novas abordagens e metodologias. Eles traçam um novo perfil para o currículo, apoiado em competências básicas para a inserção dos jovens na vida adulta; assim como orientam os professores quanto ao significado do conhecimento escolar contextualizado e quanto à interdisciplinaridade, de modo a incentivar o raciocínio e a capacidade de aprender. Segundo as orientações dos PCN, o currículo está sempre em construção e deve ser compreendido como um processo contínuo, que influencia positivamente a prática do professor. Com base nessa prática e no processo de aprendizagem dos alunos, os currículos devem ser revistos e sempre aperfeiçoados.

**Planos de Educação**<sup>15</sup> são documentos, com força de lei, que estabelecem metas para que a garantia do direito à educação de qualidade avance em um município, um estado ou no país em geral, no período de dez anos. Abordam o conjunto do atendimento educacional existente em um território, o qual envolve redes municipais, estaduais, federais e as instituições privadas que atuam em diferentes níveis e modalidades da educação: das creches às universidades. Trata-se, assim, do principal instrumento da política pública educacional.

**Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**<sup>16</sup> é um documento elaborado com apoio de consulta pública, que irá definir, a partir de 2017, quais serão os “objetivos de aprendizagem” a serem considerados por professores e coordenadores na elaboração do projeto pedagógico da escola e do currículo das aulas de educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. A proposta é que a base comum seja igual para todo o Brasil, com previsão de espaços para a “base diferenciada”, ou seja, os conteúdos definidos pelas escolas e pelas redes de ensino, de acordo com as particularidades de suas regiões. O ponto de partida para a definição dos objetivos de aprendizagem, propostos pelo documento preliminar, constitui um conjunto de proposições que orientam as escolhas feitas pelos componentes curriculares na definição de seus objetivos de aprendizagem específicos, consideradas as dimensões ética, estética e política de efetivação daqueles direitos de aprendizagem e desenvolvimento.

## GRUPO 4

O grupo apontou para a necessidade de valorização das políticas de assistência estudantil nos *campi*, com incentivo para a ação dos vários coletivos que têm surgido nas IES como forma de gerar debates sobre gênero e sexualidade no âmbito das universidades e das instituições de ensino médio. De acordo com os participantes, a manutenção e o fomento de pesquisas sobre gênero e sexualidade esbarram na falta de recursos financeiros para o desenvolvimento de materiais e outros recursos didáticos, para a formação continuada de profissionais das IES e para o fortalecimento dos grupos interdisciplinares nas universidades, com vistas a garantir visibilidade e legitimidade às temáticas.

15 *Planos de educação*. Disponível em: <<http://www.deolhonosplanos.org.br/planos-de-educacao/>>. Acesso em: 14 dez. 2015.

16 BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular (BNCC)*. Disponível em: <[http://basenacionalcomum.mec.gov.br/documentos/dia-da-base/BNC\\_%20Documento%20Preliminar.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/documentos/dia-da-base/BNC_%20Documento%20Preliminar.pdf)>. Acesso em: 14 dez. 2015.

## Destaque: a situação do Amapá

O relato sobre os temas de gênero e sexualidades nas diretrizes da licenciatura no estado do Amapá foram foco de discussão e tocou profundamente os participantes do grupo.

Relatos sobre mulheres quilombolas, ribeirinhas, indígenas ou mesmo mulheres escalpeladas marcaram a diferença de suas realidades para outras em um país de dimensão continental. As questões geográficas, climáticas e do nível das águas trazem dificuldades para a circulação das pessoas. Como recomendação, uma das participantes reforçou que o Brasil precisa conhecer melhor a Região Norte, suas carências e suas dificuldades. Por conta dessas questões, discutiu-se a importância do engajamento das IES no enfrentamento da violação de direitos humanos em função de gênero e sexualidade, bem como a importância de estabelecer e acompanhar o estágio dos docentes, especialmente para identificar situações de assédio moral e assédio sexual, legitimadas, muitas vezes, pela própria universidade. Pensar formas de ação com base nas diferentes realidades e suas especificidades se converte em uma questão estratégica na busca pela igualdade e pela equidade.

## O CURRÍCULO COMO FOCO DE TENSÃO

Desde o início do Seminário, foi possível perceber pontos de tensão sobre o contexto histórico e político atual desfavorável às temáticas de gênero e educação em sexualidade. O aspecto inicial apontado foi a inclusão das questões de gênero e sexualidade na educação pelo viés da saúde. Em 1985, foi criado o Programa Nacional de DST/Aids (hoje Departamento de Prevenção às DST/Aids e hepatites virais), que se tornou o órgão responsável pela coordenação geral da política de aids no país. A partir de 1990, o Programa se expandiu, principalmente depois da obtenção do primeiro empréstimo junto ao Banco Mundial, conhecido como AIDS I (1994 a 1998).

Desde essa época, organizações governamentais e não governamentais têm desenvolvido projetos com o apoio do Programa contemplando a perspectiva de gênero e educação em sexualidade, bem como agregando as questões da diversidade sexual e identidade de gênero.

Em 2003, foi firmado o convênio com os ministérios da Educação e da Saúde e as secretarias estaduais da Saúde e de Educação em todo o país, dando origem ao Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas. Considerado o principal projeto de educação sexual proposto pelo governo federal na década de 2000, o SPE estava focado prioritariamente na discussão sobre a saúde, sobretudo na prevenção das infecções sexualmente transmissíveis – IST/Aids. Em 2007, o Projeto foi reformulado e incorporado pelo Programa Saúde na Escola (PSE) e, assim, definiram-se novas estratégias, como a ampliação das faixas etárias atendidas, a inclusão do monitoramento das escolas no Censo Escolar, entre outras. Nas diretrizes de implantação do SPE, os especialistas reconhecem a escola como instância privilegiada para o trabalho com a formação integral e o exercício da cidadania, considerando seu papel central na promoção das mudanças sociais. Ao longo de sua execução, o SPE sensibilizou gestores da educação e da saúde com relação à implantação de programas articulados de educação preventiva nos sistemas de ensino de todo o país, de forma conjunta com o Sistema Único de Saúde (SUS). Paralelamente, foram criados grupos de gestores estaduais e municipais do Projeto com características multidisciplinares e buscou-se garantir diversidade institucional para o desenho do planejamento local de formação e formulação de materiais nas temáticas do projeto (BRASIL. MEC, 2007).

## Recomendações do grupo 4

Sugestões de temáticas a serem incluídas nos currículos escolares:

- ✓ Educação em saúde (pelos pares)
- ✓ Gênero e sexualidade na educação
- ✓ Sexualidade na formação das famílias
- ✓ Educação sexual e corpo em movimento
- ✓ Direitos sexuais e reprodutivos
- ✓ Transcidadania
- ✓ Educação, gênero e sexualidade

Projeções curriculares

- ✓ Extensão universitária (ensino e pesquisa)
- ✓ Fortalecimento da extensão da temática: sexualidade e relações de gênero
- ✓ Relação entre diretrizes, instrumentos de avaliação do MEC

Embora com foco na prevenção das IST/Aids, o PSE incluiu também a discussão sobre relações de gênero, sexualidades, orientação sexual e identidade de gênero.

## SAÚDE E PREVENÇÃO NAS ESCOLAS – SPE

O Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas (SPE)<sup>17</sup> é fruto de uma parceria entre Ministério da Saúde, Ministério da Educação, UNESCO, UNICEF e UNFPA na articulação de setores do governo e organizações da sociedade civil para promover estratégias integradas entre saúde e educação. O SPE teve como público-alvo crianças, adolescentes e jovens na faixa de 10 a 24 anos, matriculados em escolas públicas de ensino fundamental e médio.

O SPE, considerado o principal projeto de educação sexual proposto pelo governo federal na década de 2000, estava focado prioritariamente na discussão sobre a saúde, sobretudo na prevenção das infecções sexualmente transmissíveis, o HIV e a aids.

Atualmente, no entanto, assistimos a uma ausência de respostas dentro dos marcos normativos de educação e da saúde e um arrefecimento na discussão sobre gêneros, sexualidades e desigualdades, o que tem gerado novas tensões sobre o currículo de formação inicial.

De acordo com alguns participantes do Seminário, é preciso mais discussões sobre os currículos, em busca de conceitos e práticas e também para contemplar questões relacionadas a saúde, educação, ética, identidades e desigualdades.

É no currículo que os esforços são evidenciados, tanto na consolidação das situações de opressão e discriminação a que certos grupos sociais têm sido submetidos quanto no questionamento dos arranjos sociais nos quais essas situações se sustentam.

Nesse cenário, destaca-se a importância de os participantes do Seminário, na condição de docentes, criarem novos espaços de participação crítica e criativa na elaboração de currículos mais atrativos, democráticos e igualitários.

17 BRASIL. Ministério da Educação. *Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas (SPE)*. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/projeto-saude-e-prevencao-nas-escolas-spe>>. Acesso em: 17 dez. 2015.

## O MEC, AS RELAÇÕES DE GÊNERO E A EDUCAÇÃO EM SEXUALIDADE

A formação docente é (e sempre será) um dos campos mais importantes para se trabalhar as relações de gênero, a educação em sexualidade e a educação em direitos humanos associadas às questões sociais, gerais, conjunturais, políticas, sociais e culturais que estão impostas no Brasil e no mundo. Existem também Diretrizes Nacionais da Formação de Professores – na formação inicial e continuada – que destacam a importância de se garantir nos currículos conteúdos específicos da área de conhecimento ou interdisciplinares, bem como seus fundamentos e suas metodologias, de modo a contemplar temas como diversidades étnico-raciais, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, Língua Brasileira de Sinais (Libras) e direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.

Ainda de acordo com o MEC, o currículo precisa estar aberto como um campo de disputa, de discussão, de construção e, no momento da sua elaboração, não pode ser desvinculado do que vai acontecer na realidade da escola.

## PISTAS PARA AÇÃO

Sabemos que os docentes são atores essenciais para assegurar uma resposta eficaz às situações que vivenciamos no presente. Desenvolver um olhar crítico sobre o conteúdo dos materiais pedagógicos e sobre as mensagens que reforçam preconceitos e estereótipos é uma ação que precisa ser incorporada à formação dos docentes da educação básica, assim como à construção de currículos com base nos direitos humanos.

Pensando no futuro, os dados e as falas coletados durante o *Seminário Educação em Sexualidade e Relações de Gênero na Formação Inicial Docente no Ensino Superior* apontam para o desejo de uma continuidade nas discussões entre os participantes, além da necessidade de fomentar o espaço político e social de tais debates nos espaços acadêmicos, inclusive na perspectiva da discriminação baseada em gênero, sexualidade, na questão étnico-racial, ou de outros grupos vulneráveis. Nesse sentido, parece que os debates sobre violência surgem como uma porta de entrada para abordar temáticas vinculadas a discriminações e desigualdades presentes no espaço escolar.

A tensão presente na institucionalização das temáticas de gênero e sexualidade pelas IES abre um debate sobre as maneiras por meio das quais elas poderiam ser incluídas. Como alertaram vários participantes, é necessário conhecer as ementas desenvolvidas, sobretudo pelas universidades privadas, já que são estas que formam o grande contingente de docentes para a rede pública de educação. Vale ressaltar que a institucionalização, em nosso entendimento, não se choca com os projetos de extensão que já são realizados pelas IES no campo de gênero e sexualidade, mas poderia garantir que as discussões sobre temáticas não fossem de responsabilidade (e desejo) de um único profissional.

Entender as relações entre gênero, sexualidade e currículo significa reconhecer que homens e mulheres são pessoas que se transformam e que tais categorias não são pretensamente naturais nem obedecem a padrões rigidamente estabelecidos. Ser homem, ser mulher e as experiências da sexualidade são, muitas vezes, elementos considerados no currículo como categorias estáveis, fixas e ancoradas em pressupostos essencialistas de cunho biológico e/ou psicológicos. E essas categorias precisam ser cada vez mais questionadas na prática docente.

Analisar as construções de gênero e sexualidade no currículo possibilita o questionamento, por parte dos docentes da educação básica, sobre as conexões entre o saber-poder e o currículo, de modo que essa relação seja repensada tanto em termos conceituais quanto políticos e educacionais.

Dessa forma, os docentes poderão contribuir para a ampliação dos esclarecimentos da comunidade escolar contra a discriminação, o sexismo, o racismo e a homofobia que ainda permanecem em ambientes escolares, e em alguns casos são consideradas “naturais” em uma sociedade cujas marcas são as referências seguras, as certezas, bem como a fixação de fronteiras e de binarismos diversos.

De acordo com os participantes, as alianças entre a escola, o setor saúde e organizações da sociedade civil têm se mostrado um modelo interessante de articulação para os projetos de extensão no campo da saúde e da sexualidade.

Outro ponto que nos parece relevante é conhecer e analisar as lições aprendidas sobre os processos de formação continuada e especialização, que, na percepção e na experiência dos participantes, têm sido a principal estratégia de formação de docentes nesse âmbito.

Para tanto, buscamos contar com a mobilização de diferentes atores da sociedade civil, pesquisadores, gestores, além da própria UNESCO – no plano metodológico e da incidência política – para avançar em uma agenda educacional para os próximos 15 anos, em todo o planeta – como preconizada pelo Marco de Ação Educação 2030 – que enfatiza a importância da perspectiva de gênero na educação e determina à comunidade internacional tomar todas as medidas necessárias para a eliminação de todas as formas de discriminação contra mulheres e meninas, e remover todos os obstáculos à igualdade de gênero.<sup>18</sup> Ao dar continuidade à mobilização internacional em torno das metas de Educação para Todos, que nortearam o esforço global no período de 2000 a 2015, esse novo marco busca melhorar a qualidade do ensino, o que passa, necessariamente, pela criação de espaços livres de preconceitos, em que todas as pessoas se sintam representadas e tenham voz. E onde nenhum objetivo de educação deva ser considerado cumprido, a menos que seja alcançado por todos.<sup>19</sup>

*Esperamos estar juntos!*

<sup>18</sup> UNESCO. *Education 2030*, op. cit.

<sup>19</sup> Idem.

## ANEXO 1 – LISTA DE PARTICIPANTES

NOME	INSTITUIÇÃO
1 <b>Adriana Gomez</b>	Instituto Synthesis – RJ
2 <b>Adriana Souza</b>	Secretaria Municipal de Políticas para Mulheres (SMPM) – SP
3 <b>Amanda Lemos</b>	ONU Mulheres
4 <b>Ana Canosa</b>	Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL) – SP
5 <b>Andreia Clapp Salvador</b>	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) – RJ
6 <b>Antonio Milani</b>	Universidade de São Judas – SP
7 <b>Bernardo Mançano Fernandes</b>	Cátedra UNESCO em Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) – SP
8 <b>Carla Cristina Garcia</b>	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) – SP
9 <b>Célia Regina Rossi</b>	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) – SP
10 <b>Claudia Pereira Dutra</b>	Ministério da Educação (MEC)
11 <b>Constantina Xavier Filha</b>	Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS) – MS
12 <b>Crishna Correa</b>	Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (NIGS), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) – SC e Núcleo de Estudos e Pesquisa em Diversidade Sexual (Nudisex), Universidade Estadual de Maringá (UEM) – PR
13 <b>Denise Bomtempo Birche de Carvalho</b>	Universidade de Brasília (UnB) – DF
14 <b>Denise Carreira</b>	Ação Educativa – SP
15 <b>Edison de Almeida</b>	Fundação para o Desenvolvimento da Educação – (FDE) – SP
16 <b>Edneia Souza Oliveira</b>	Representação da UNESCO no Brasil
17 <b>Erica Pauls</b>	Faculdade Fidelis de Curitiba – PR
18 <b>Érico Braga Barbosa Lima</b>	Cátedra UNESCO de Leitura – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) – RJ
19 <b>Evonnildo Costa Gonçalves</b>	Universidade Federal do Pará (UFPA) – PA
20 <b>Fernando Pocahy</b>	Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) – RJ
21 <b>Francisca de Paula de Oliveira</b>	Universidade Federal do Amapá (UFA) – AP
22 <b>Francisco Valdinei dos Santos Anjos</b>	Universidade Federal do Pará (UFPA) – PA
23 <b>Gilvaneide Oliveira</b>	Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) – PE
24 <b>Gina Pancorbo</b>	Representação da UNESCO no Brasil
25 <b>Iêda Maria Louzada Guedes</b>	Universidade Federal do Pará (UFPA) – PA
26 <b>Ingrid Leão</b>	Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM) – SP
27 <b>Iracilda Pimentel Carvalho</b>	Universidade de Brasília (UnB) – DF
28 <b>Ivana Almeida Silva Marques</b>	Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL) – SP
29 <b>Jamil Cabral Sierra</b>	Universidade Federal do Paraná (UFPR) – PR
30 <b>Jane Felipe Souza</b>	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) – RS
31 <b>José Vaz Neto</b>	Cátedra UNESCO de Educação de Jovens e Adultos – Universidade Federal da Paraíba (UFPB) – PB, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) – PE e Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) – RN
32 <b>Katia Simone Medeiros Rodrigues</b>	Ministério da Educação (MEC)
33 <b>Leticia Serafim</b>	Instituto Promundo – RJ
34 <b>Lia Fernanda</b>	Representação da UNESCO no Brasil
35 <b>Lula Ramires</b>	Corsa – SP
36 <b>Marcos Nascimento</b>	Consultor
37 <b>Maria Cristina Antunes</b>	Universidade Tuiuti do Paraná (UTP) – PR
38 <b>Maria Lúcia Silveira</b>	Secretaria de Direitos Humanos do Município de São Paulo – SP
39 <b>Maria Sylvia Aparecida de Oliveira</b>	Geledés – Instituto da Mulher Negra – SP
40 <b>Mariana Braga</b>	Representação da UNESCO no Brasil
41 <b>Marisa Barletto</b>	Universidade Federal de Viçosa (UFV) – MG
42 <b>Mirian Dolores Baldo Dazzi</b>	Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) – RS
43 <b>Monica Pereira do Sacramento</b>	Universidade Federal Fluminense (UFF) – RJ
44 <b>Neide Barbosa Saisi</b>	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) – SP
45 <b>Núria Hanglei Cacete</b>	Universidade de São Paulo (USP) – SP
46 <b>Paulo Henrique de Queiroz Nogueira</b>	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) – MG
47 <b>Rose Mari Almas de Carvalho</b>	Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO) – GO
48 <b>Sandra dos Santos Andrade</b>	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) – RS
49 <b>Sandra Unbehaum</b>	Fundação Carlos Chagas – SP
50 <b>Silvani Arruda</b>	Representação da UNESCO no Brasil
51 <b>Silvia Moutinho de Aguiar</b>	Núcleo de Inclusão Educacional (NINC) da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (SEESP) – SP
52 <b>Sonia Maria Ferreira Koehler</b>	Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL) – SP
53 <b>Soraya Solon</b>	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) – MS
54 <b>Suelaine Carneiro</b>	Geledés – Instituto da Mulher Negra – SP
55 <b>Sylvia Cavin</b>	Rede de Gênero e Educação em Sexualidade (REGES)/ECOS – SP
56 <b>Thiago Sabatine</b>	Núcleo de Inclusão Educacional do Conselho Estadual dos Direitos da População LGBT – SP
57 <b>Valéria Rocha</b>	VR Consultoria – SP
58 <b>Vera Vieira</b>	Associação Mulheres pela Paz – SP
59 <b>Yuri Orozco</b>	Católicas pelo Direito de Decidir (CDD) – SP

## ANEXO 2 – PLANO DE TRABALHO

---

<b>Introdução</b>	Apresentação do <i>Seminário Educação em Sexualidade e Relações de Gênero na Formação Inicial Docente no Ensino Superior</i> para subsidiar as IES com informações para a inclusão de temas de educação em sexualidade e relações de gênero na formação integral dos professores
<b>Apresentação</b>	Pesquisa Nacional com IES, públicas e privadas, sobre a inclusão dos temas “educação em sexualidade e relações de gênero nos currículos de formação inicial docente” nos cursos de formação de professores no Brasil
<b>Diálogos</b>	Os temas de sexualidade e as relações de gênero nos currículos da formação inicial docente
<b>Grupos de trabalho</b>	Práticas de ensino em gênero e sexualidade na formação inicial docente
<b>Plenária</b>	Apresentação de recomendações que enfatizem a importância da inclusão dos temas gênero e sexualidade na formação inicial docente
<b>O currículo como foco de tensão</b>	Discussão sobre como superar o momento atual, desfavorável às temáticas de gênero e educação em sexualidade
<b>Pistas para a ação</b>	Continuidade nas discussões entre os participantes deste grupo, de modo a desenvolver ações de incidência política e social nos espaços acadêmicos, bem como dedicar uma atenção especial à violência baseada em gênero, sexualidade, relações étnico-raciais e outros grupos vulneráveis